



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Reforma Agrária  
e a sua influência nas políticas agrícolas em Portugal (1975-2015)

**Bernardo do Amaral Frazão dos Santos Esperança**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Professora Doutora Ana Maria Belchior

Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Lisboa, agosto de 2016

**Resumo:** A dissertação de mestrado que a seguir se apresenta foca-se na política agrícola em Portugal no período entre 1975 e 2015. Começa por analisar quais foram os antecedentes da Reforma Agrária, com destaque para o século XIX e para o Estado Novo. Analisa depois as repercussões que a Reforma Agrária teve nas políticas agrícolas que foram implementadas em Portugal a seguir ao 25 de Abril de 1974 e até à actualidade. Dentro destas medidas há que referir quais as que foram de facto implementadas, qual foi o seu *timing* de aprovação e de entrada em vigor, bem como que consequências tiveram para a evolução da política agrícola nacional. As medidas da Reforma Agrária tiveram uma importância decisiva na vida social, política e económica do país, sendo por isso pertinente a sua análise detalhada e a aferição da sua prevalência no tempo.

**Palavras-chave:** expropriação, nacionalização, cooperativa, transição democrática

**Summary:** This dissertation analyses the impact of Agrarian Reform on agricultural policies implemented in Portugal after the 25<sup>th</sup> April 1974. Within these we must highlight what measures were actually implemented (measures that influenced the social, political and economic aspects of the country) starting from a more general characterization of historical nature to a particular analysis of the evolution of agricultural policy until the present day.

**Keywords:** expropriation, nationalization, cooperative, democratic transition

“Não poderei dizer quanto me aflige o já hoje exclusivo privilégio português do mendigo, do pé descalço, do maltrapilho, do farrapão; nem sequer o nosso triste apanágio das mais altas médias de subalimentados, de crianças enxovalhadas e exangues e de rostos pálidos (da fome e do vício?) [...]

[...] é que os frutos do trabalho comum devem ser divididos com equidade e justiça social entre os membros da comunidade, quer do ponto de vista dos indivíduos quer no dos sectores (e aqui podemos pensar especialmente na lavoura e na miséria do trabalhador do campo) ”

D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, *Cartas a Salazar*, 1958/1993

## ÍNDICE

Índice .....	1
Glossário de siglas.....	2
Introdução.....	3
Metodologia .....	5
Capítulo 1 – A evolução da economia agrária no Alentejo nos séculos XIX-XX .....	7
1.1. Evolução das atividades económicas .....	7
1.2. Estado novo: Aspetos Económicos.....	10
Capítulo 2 - O processo de Reforma Agrária .....	12
2.1.Reforma Agrária: Mudanças Legislativas .....	12
2.2. Ocupações, Expropriações e Nacionalizações .....	13
2.3. As unidades Coletivas de Produção .....	15
2.4. UCP / COOPERATIVA .....	16
2.5.EMPOWERMENT.....	17
Capítulo 3 - Política agrária dos governos constitucionais (1975-2015) .....	19
3.1. O 25 de abril como processo de transição democrática, o fim da revolução e a integração europeia .....	19
3.2. A consolidação democrática.....	20
3.3. O Que mudou com a reforma Agrária?.....	21
3.4. Análise de dados baseada nos programas de governo .....	22
Conclusão.....	39
Fontes.....	40
Bibliografia .....	42
Anexo .....	44
Guião de entrevistas .....	44

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AD: Aliança Democrática

CDS: Centro Democrático e Social

CEE: Comunidade Económica Europeia

DOP: Denominação de origem protegida

EFTA: European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)

FEOGA: Fundo Europeu de Organização e Gestão Agrícola

FSE: Fundo Social Europeu

IFADAP: Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e

Pescas

IGP: Instituto Geográfico Português

LUAR: Liga Unida de Ação Revolucionária

MAP: Ministério da Agricultura Portuguesa

MFA: Movimento das Forças Armadas

OMC: Organização Mundial de Comércio

PAC: Política Agrícola Comum

PAMAF: Programa de Apoio à Modernização da Agricultura e Florestas

PCP: Partido Comunista Português

PDR: Programa de Desenvolvimento Regional

PEDAP: Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura em Portugal

PPD: Partido Popular Democrático, depois PSD

PREC: Processo revolucionário em curso

PRODER-: Programa de desenvolvimento regional

PRP: Partido Republicano Português

PS: Partido Socialista

RA: Reforma Agrária

RPU: Regime de Pagamento Único

UCP: Unidade Coletiva de Produção

UE: União Europeia

UECT: Unidade de Exploração Coletiva por Trabalhadores

UPAA: Unidade de Produção Agrícola Autogerida

ZIRA: Zona de Intervenção da Reforma Agrária

## INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado que se apresenta é uma pesquisa na área da Ciência Política, cujo o tema conjuga diversos domínios do conhecimento científico. Considerando a proximidade existente entre a Ciência Política, a Sociologia e a História, há a preocupação de as relacionar.

O tema que se vai estudar é a Reforma Agrária e a sua influência na evolução da política agrícola em Portugal desde 1975 até à atualidade. A Reforma Agrária de que se fala é a que teve lugar ao longo do processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril e que envolveu expropriações, nacionalizações e ocupação de propriedades pelos trabalhadores. Considerou-se conveniente recuar até meados do século XIX, detendo-nos em particular no período do Estado Novo, para entender de que modo a Reforma Agrária se inscreve no processo que a antecede: dando continuidade a lutas anteriores, enfrentando condicionalismos similares e criando respostas diferentes.

Com o intuito de explicar / contextualizar o tema com maior clareza, considerei oportuno perceber como se desenrolou o processo da Reforma Agrária no período imediatamente a seguir ao 25 de Abril (1974-1976). Desde os processos propriamente revolucionários, como a ocupação de terras e a autogestão, até às reivindicações mais ‘moderadas’, como a redução dos horários de trabalho para 8 horas diárias, a redução progressiva da precariedade laboral nos campos e a implementação do sistema de pensões.

O objetivo desta dissertação é verificar até que ponto as medidas políticas da Reforma Agrária se repercutiram ou não nas medidas dos governos subsequentes ao 25 de Abril. A resposta a este objetivo é-nos dada no capítulo de análise empírica. Para a realização deste capítulo recorri à análise dos programas de governo desde 1975 e a duas entrevistas a intervenientes diretos na Reforma Agrária. Estes entrevistados foram membros ativos de uma cooperativa agrícola (Árgea).

Em termos de estrutura, o primeiro capítulo dá conta da evolução, enquadrada em termos histórico-político-sociais, a realidade agrícola em Portugal, com destaque para o Alentejo, a partir da segunda metade do século XIX e nomeadamente durante o Estado Novo.

É importante analisar o século XIX porque foi neste período que surgiram os primeiros sindicatos agrícolas, dando expressão de forma organizada às reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. A abordagem do Estado Novo é relevante para perceber, por um lado, qual foi a linha política seguida pelo regime para o setor e, por outro, para entender melhor alguns dos motivos que levaram a que os trabalhadores rurais quisessem transformações radicais no que diz respeito à posse e gestão das propriedades.

O segundo capítulo apresenta as principais características políticas da Reforma Agrária. Define, nomeadamente, o que se entende por expropriação, nacionalização e cooperativa, enquadrando-os na legislação da época; faz ainda um resumo dos principais aspetos políticos deste período, finalizando com uma síntese dos principais momentos que marcaram a transição democrática em Portugal e que viriam a determinar de forma decisiva o desfecho do processo. O primeiro e segundo capítulos são essencialmente de sistematização da literatura.

O terceiro capítulo é de análise empírica, debruçando-se sobre as medidas dos governos desde 1975 até à atualidade com o objetivo de ver qual foi a evolução da política agrícola desde o 25 de Abril. Partindo da análise dos programas dos vários governos constitucionais, procurou-se mostrar quais foram e como evoluíram as principais linhas de ação da política agrícola seguidas ao longo dos últimos quarenta anos, analisando as repercussões que as medidas políticas da Reforma Agrária tiveram ou não nos programas dos governos que se seguiram, até 2015.

## METODOLOGIA

Com o objetivo preliminar de estudar e contextualizar o que esteve na origem da Reforma Agrária esta dissertação começa por analisar o século XIX e o Estado Novo, recorrendo para tal a bibliografia de caráter geral ou mais especializada: a de enquadramento histórico-político; a que se debruça sobre as questões económicas mais especificamente sobre a economia agrária e, em particular sobre a situação no Alentejo.

Para caracterizar o período imediatamente após ao 25 de Abril (PREC), no Capítulo 3 utilizei, para além da bibliografia sobre a época, fontes primárias: legislação (decretos-lei), programas de governo e duas entrevistas a membros de uma cooperativa. Recorri a alguma legislação (decretos-lei) não só para enquadrar legalmente as iniciativas governamentais, mas também para verificar como é que o legislador acompanhava e interpretava as s das políticas do setor. Esta análise foi realizada com base na leitura dos programas de governo e duas entrevistas a antigos membros de uma cooperativa agrícola, com o objetivo de perceber quais as repercussões que as medidas políticas da Reforma Agrária tiveram nos governos seguintes.

As entrevistas, cujo guião se encontra em anexo, foram feitas ao jornalista Carlos Júlio e à atriz Paula Coelho, ambos intervenientes na cooperativa de Árgea (Entroncamento) nas décadas de 1960 e 1970. Tal permitiu recolher dois testemunhos de dois intervenientes diretos sobre a dinâmica de uma cooperativa agrícola, apesar de a uma distância de 40 anos dos acontecimentos. As entrevistas foram semiestruturadas, isto é, embora abordando obrigatoriamente alguns tópicos (forma de financiamento e motivos do fecho), deixam aos entrevistados liberdade de responderem sobre outros temas, nomeadamente, sobre o balanço que hoje fazem da experiência. As entrevistas foram importantes para ter um testemunho direto que narrasse o que se passava numa unidade agrícola (funcionamento, financiamento, hierarquia...) complementando as definições usadas. Realizei ainda consultas pontuais no Centro de Documentação do 25 de Abril da Universidade de Coimbra e no Centro de Documentação da Reforma Agrária, localizado no Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.



As fontes de dados utilizadas para a análise da evolução da política agrária em Portugal desde 1975 foram os vinte e um programas dos governos constitucionais, compostos alternadamente por PS, PSD e CDS, e as entrevistas. Tal informação contribuiu para dar resposta ao objetivo desta dissertação, o de aferir de forma clara a repercussão das medidas políticas da Reforma Agrária nos programas dos governos constitucionais.

Desta leitura e análise: (a) resultou a necessidade de construir uma grelha matriz com a divisão por setores (Privado, Formação, Questões Sociais, Europa, Alimentação e Florestas) de cariz fechado que permitisse analisar de forma agrupada os vários programas ou conjuntos de programas; (b) resultou, com razoável evidência, que esses programas se podiam / deviam agrupar em quatro décadas, dadas as afinidades entre alguns governos. Utilizei esta tipologia por setores uma vez que os programas de governo estão divididos tematicamente, o que permite agilizar a análise. Esta divisão em quatro décadas coincidiu com os acontecimentos mais marcantes para o país neste período: Transição e consolidação da Democracia (1975-1985), Integração Europeia com dez anos de governos de Cavaco Silva (1986-1995), Adesão e entrada em circulação do Euro (1996 a 2005) e dúvidas sobre o projeto europeu fruto da crise económica e social (2006-2015). A definição destes elementos como os mais marcantes deste período permitiu chegar a esta divisão.

Aplicou-se depois a grelha aos programas assim agrupados, de que resultaram quadros síntese dos programas de governo, apresentados no Capítulo 3.

## **CAPÍTULO 1 – A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA AGRÁRIA NO ALENTEJO NOS SÉCULOS XIX-XX**

O capítulo que se segue faz uma análise descritiva e histórica, a partir da segunda metade do século XIX - início de XX (1850 em diante) até ao fim do Estado Novo, da realidade nacional e em particular do Alentejo. O Alentejo foi historicamente zona de grandes desigualdades no que à posse da terra diz respeito e foi sobretudo no Alentejo que a Reforma Agrária incidiu ou teve maior impacto. Por isso este capítulo lhe dá particular atenção. A investigação focou-se na segunda metade do século XIX para que se analise em que período os trabalhadores rurais, alertados pelos sindicatos agrícolas, tomaram consciência da necessidade de pôr termo à exploração de que eram vítimas pelos latifundiários, juntando forças para ultrapassar esta difícil situação. Quanto ao Estado Novo, é relevante ser abordado neste Capítulo, pois marca uma rutura com a instabilidade da Primeira República e é neste período que o regime define a base da sua política agrária.

### **1.1. EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS**

Este subcapítulo dará sumariamente conta da situação da economia alentejana, de cariz marcadamente agrícola, a partir do segundo quartel do século XIX e início do século XX. Antes de se analisar a situação específica do Alentejo importa referir que o panorama da agricultura nacional era nesta altura bastante negro, marcado por muita pobreza e escassez alimentar. O que a agricultura produzia não era suficiente para satisfazer as necessidades básicas de alimentação das populações, que urgia resolver. Só mais tarde se encontrariam respostas para estas dificuldades.

Em 1880 o setor predominante na economia alentejana era o primário, ocupando 68% da população ativa, seguido de muito perto pelo setor secundário. A produção agrícola no Alentejo era semelhante à de outras regiões latifundiárias da Europa do Sul (Fonseca, 1990). Apesar desta evolução, o Alentejo não conseguiu chegar ao fim do século XIX com uma economia mais desenvolvida e modernizada em linha com a de outras regiões europeias, o que se explica pela industrialização tardia da economia nacional como um todo (Baptista, 1994 e Pinto, 2004).

No Alentejo marcado pela protoindustrialização (industrialização precária e rudimentar), a indústria de pequena dimensão era no final do século XIX (1895) constituída por fábricas de cariz familiar, argumentando-se que sem complexos fabris era difícil haver desenvolvimento económico e social. As pequenas fábricas foram complementadas pelos têxteis de pequena dimensão e pelas moagens.(Fonseca,1996)

Neste período, o setor têxtil sofreu várias inovações tecnológicas (ex.: cilindros metálicos) tendo como base unidades de pequena dimensão que utilizavam o vapor como forma de energia alternativa ao carvão (Fonseca, 1996).

A cortiça foi outro dos setores que teve um crescimento notável neste período, no plano extrativo, preparador e rolheiro, destacando-se a seguir à Primeira Guerra Mundial, chegando mesmo a ultrapassar o setor vitivinícola. O Alentejo, apesar das fragilidades, conseguia competir nos mercados internacionais do setor, que tinha como destinos preferenciais regiões mais desenvolvidas dos Estados Unidos da América, do Brasil e da Europa (Fonseca, 1996).

Na agricultura alentejana, um dos problemas mais comuns era a dimensão reduzida do mercado interno, impossível de resolver (Fonseca, 1996 e Baptista, 1994).

Para promover o povoamento e a agricultura do Alentejo, que, como é sabido, era uma região com fraca densidade demográfica (assim como os vários territórios coloniais) a solução mais viável era a colonização interna, que devia ser propiciada pelo arrendamento de terras, solução que marcaria tanto o século XIX como o século XX (Fonseca, 1996 e Baptista, 1994).

As elites mantiveram a influência social e económica ao longo de várias décadas através do arrendamento das propriedades fundiárias e prediais, contudo o absentismo e o rentismo foram comportamentos comuns resultado do desinteresse pela exploração direta e pela ausência de investimento no Alentejo.

Outro aspeto importante é que a renda era fixada em função do rendimento que se podia retirar da terra, considerando o desenvolvimento dos montados e a colonização da propriedade (Lourenço, 1986). O mais comum era o arrendamento a três anos, que conduzia ao esgotamento das terras, situação agravada com a introdução da debulhadora, da máquina de desfilar e do corta-palha (Lourenço, 1986).

A colonização interna fazia do rendeiro um consumidor dos recursos da propriedade pois ficava com parte do rendimento da terra. O descontentamento dos trabalhadores rurais subia de tom de forma pouco visível. No final do século XIX (1898) para contrariar tais sentimentos os proprietários concederam benfeitorias para preservar o direito sobre a terra (Santos, 2004). Dentro destas há que referir a diminuição do preço das rendas e a possibilidade de o trabalhador retirar uma percentagem do que era produzido.

A colonização interna variava entre dois a seis anos, permitindo ao lavrador assegurar os investimentos em plantações, limpeza, arroteamento e drenagens com o objetivo de ter maior lucro. Surgem assim as sociedades agrícolas que, tal como as empresas de crédito (banca), financiavam os pequenos e médios agricultores que a elas recorriam quando tinham um projeto considerado sustentável (Fonseca, 1996).

A lavoura adquiriu um carácter misto, com mais área e maior variedade cerealífera, ganhando importância a cultura vitivinícola. Anteriormente, as culturas mais utilizadas eram o trigo e o milho; numa segunda fase passaram a ser os vários tipos de gado (bovino, ovino e cavalari) e mais tarde a cultura da vinha, promovendo desta forma a diversificação cultural (Sousa, 2011).

Estas transformações fizeram com que os terrenos se tornassem menos produtivos. Para resolver esta situação, os agricultores alentejanos incrementaram o afolhamento com a introdução de cereais e do pousio para não desgastar a terra. Foram criadas melhores condições para o gado através da criação de estábulos e da melhoria da dieta (Sousa, 2011).

De destacar ainda o papel aglomerador dos sindicatos agrícolas, bem como da evolução constante das tecnologias agrícolas, que permitiram a evolução da produtividade no Alentejo. Apesar de todos os esforços no sentido de um desenvolvimento mais eficaz, a região continuava, no início do século XX, a ser uma das zonas mais pobres da Europa continental.

---

<sup>1</sup>O termo sindicato agrícola surgiu no século XIX, da necessidade dos trabalhadores rurais de lutarem por melhores condições de vida.

## 1.2. ESTADO NOVO: ASPETOS ECONÓMICOS

O Estado Novo marcou o século XX português estabelecendo uma mentalidade conservadora, apegada aos valores tradicionais, combinando uma economia frágil, com um tecido agrícola e industrial fracos, aspetos que caracterizariam Portugal durante este período. O objetivo dos seus dirigentes era estabelecer a ordem e a estabilidade, tanto a nível político como a nível económico, que se havia perdido durante a Primeira República (1910-1926) (Ferreira, 1994).

No plano económico-social, o regime procurou organizar o sistema em grémios, sindicatos nacionais, casas do povo e de lavoura, conciliando os interesses (diferentes, se não antagónicos) dos proprietários e dos trabalhadores proporcionando o acesso dos trabalhadores a alguns cuidados de saúde como já tinham os patrões (Rosas, 1991).

Estas instituições procuravam garantir que as reivindicações dos trabalhadores chegavam à Assembleia Nacional através da Câmara Corporativa, que era escolhida pelos chefes de família. Contudo, estas instituições não tiveram o impacto esperado porque os trabalhadores concluíram que estas serviam apenas para os latifundiários os reprimirem ainda mais (Rosas, 1991 e Baptista, 1991).

Apesar de não ter o controlo direto da totalidade da atividade económica, o Estado dominava todos os setores da economia através de um forte poder de regulação. Duas linhas de orientação viriam a marcar os primeiros anos do Regime. Uma, ruralista, defendia o sistema de colonização interna, achando que Portugal tinha as condições necessárias para ser autossuficiente do ponto de vista alimentar. Outra corrente, mais industrialista, dentro da teoria “neofisiocrática” preconizada por Rafael Duque, ministro da agricultura do Estado Novo entre 1934 e 1944, defendia uma industrialização sustentada, ou seja, defendia que o desenvolvimento do país deveria passar por uma aposta maior na indústria sem pôr em causa a ruralidade do sistema económico nacional (Rosas, 1991 e Baptista, 1991). Apesar de todos os avanços e recuos, a linha prevalecente foi a ruralista, para que o regime conseguisse manter o apoio dos grandes latifundiários agrícolas. Só durante os anos

60 do séc. XX, o regime iniciou, ainda que de forma tímida, uma industrialização em forma de monopólio ou cartel<sup>2</sup> (Rosas,1991,Baptista,1991).

Entre as medidas propostas por Rafael Duque (ministro da agricultura do Estado Novo entre 1934 e 1944) para “modernizar” a agricultura, incluía-se levar a cabo uma reorganização da propriedade, uma vez que a Norte predominava a pequena propriedade e no Sul (Alentejo e Algarve) a grande propriedade (Baptista, 1991). Esta mudança foi equacionada depois de se verificar que o país tinha grandes diferenças ou divisões no que ao perfil para a agricultura dizia respeito, por estar dividido em dois grandes espaços geográficos regionais.

A primeira divisão começa a norte de Lisboa, passa pelo Alto Ribatejo até à cordilheira central, zona marcada por uma agricultura familiar, distinguindo-se dos campos do Sul, onde predominava a grande propriedade, que se estendia até ao Algarve. Outra diferença existente era um Alentejo caracterizado por uma agricultura extensiva de sequeiro onde prevalecia o trigo, ao contrário do Norte, em que prevalecia a pequena propriedade vocacionada para a vitivinicultura. Ao longo do período de vigência do regime, assistiu-se a um desejo de mudança, que não se concretizou por atavismo ideológico do mesmo, que preferia não desenvolver suficientemente a agricultura (Lucena, 2002). Dentro do regime, planificou-se a utilização da diversificação cultural, em que se utilizaria o sistema rotativo de afolhamento com pousio, milho e centeio, permitindo que a terra descansasse e não se desgastasse rapidamente, diversificando desta forma as culturas utilizadas. Apesar destas intenções, o processo de transformação do mundo rural foi abandonado (Lucena, 2002). Estas opções conduziram ao atraso crónico da agricultura portuguesa e à necessidade de se reivindicarem medidas que proporcionassem maior poder de intervenção às classes trabalhadoras e promovessem o desenvolvimento agrícola do país de forma mais equitativa. O setor agrícola ajudou a subsidiar a indústria com a venda de géneros alimentares a preço abaixo de custo. A organização do trabalho em equipas na grande exploração agrícola potenciava rendimentos mais altos do que os da pequena propriedade de base familiar (Lucena,2002).

---

<sup>2</sup> Os grupos económicos que faziam parte destes monopólios eram o Banco Fonseca & Burnay, o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, a família Champalimaud, e o Banco Nacional Ultramarino, a CUF e o Banco Borges & Irmão.

## CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA

O capítulo que se segue é de sistematização e revisão da literatura sobre o processo da Reforma Agrária. Neste capítulo começar-se-á por falar dos processos de *ocupação* e *nacionalização* das propriedades agrícolas, definindo-os. Numa segunda parte, explicar-se-á o que se entende por *UCP* e de *Cooperativa*, avaliando em que medida estas formas de organizar a propriedade contribuíram para a aquisição de direitos sociais, políticos, económicos. Serão ainda analisadas as formas de financiamento utilizadas para evitar qualquer tipo de dependência fosse ela do Estado ou de privados. Apesar de não ser o foco desta investigação, a adesão de Portugal à CEE marcou uma viragem para a agricultura nacional, acabando definitivamente com a Reforma Agrária ao mesmo tempo que iniciava a internacionalização do setor de que a PAC é exemplo .

### 2.1.REFORMA AGRÁRIA: MUDANÇAS LEGISLATIVAS

Só depois do 11 de Março é que se falou pela primeira vez de forma clara de Reforma Agrária. Foi através do Decreto-lei n.º 203-C/75 que se aprovaram as bases dos programas de auxílio em caso de emergência económica. No que diz respeito à Reforma Agrária, estabeleceram-se medidas de nacionalização e expropriação das propriedades rústicas superiores a 50 ha (irrigadas) ou 500 ha (sequeiro), aprovou-se o novo regime de arrendamento rural (Decreto-Lei n.º 201/75), que acabava com o arrendamento precário que era benéfico apenas para o rendeiro.

Embora tenha havido eleições para a Assembleia Constituinte, o processo legislativo da Reforma Agrária não terminou. Na componente legislativa, há que referir os Decretos-Lei n.º 406-A/75 e o 407-A/75 estabelecem que estavam sujeitos a serem “«expropriados os prédios rústicos que pertencessem a pessoas coletivas de direito privado, que tenham 50 000 pontos ou que ultrapassem a área de 700 hectares»”. Outro documento importante foi o Decreto-Lei n.º 407-C/75 que extinguiu as coutadas. A “Lei Barreto” (Lei n.º 77/77) aproximou o PS do PSD merecendo críticas acesas do PCP que considerava esta lei como o principio do fim da Reforma Agrária.(Ferreira,2004)

No início de 1976 PS, PSD E PCP, que estiveram juntos no VI governo provisório, definiram novas medidas para a Reforma Agrária através do Decreto-Lei n.º 236- A. Este decreto defendia a institucionalização das transformações ocorridas pelas ocupações de

terras, impedia novas transformações nas estruturas fundiárias e limitava os prejuízos dos agentes sociais mais atingidos pela Reforma Agrária. Para alcançar estes objetivos, reduziu-se a área de aplicação da Reforma Agrária e alargou-se o número de proprietários com direitos a reservas de exploração expressa no Decreto-Lei n.º 406.

A aprovação e entrada em vigor da “Lei Barreto” foi o momento de maior politização neste período, não só pela oposição do PCP ao fim das cooperativas e abertura aos mercados económicos internacionais, mas também pela aproximação do PSD e do PS. Com esta lei, o ministério podia determinar as áreas de reserva a atribuir a antigos proprietários ou a empresas. A parte mais polémica da lei dizia respeito ao alargamento das entidades com direito a receber reservas das terras que tenham sido expropriadas.

Em simultâneo com a publicação da Lei n.º 77/77 foram aprovados outros diplomas para regularizar aspetos relacionados com a nacionalização e as expropriações. A Lei n.º 80/77 aprovou as normas sobre a concessão de indemnizações aos ex-titulares de bens nacionalizados e expropriados (Decreto-Lei n.º 111/78). A aplicação destas normas foi feita de maneira irregular, pois houve uma estabilização apenas no início dos anos 80.

As medidas políticas da Reforma Agrária não tiveram seguimento nas décadas seguintes, tendo havido uma grande mudança depois de 1976, fruto não só da aproximação do PS ao PSD com a entrada em vigor da “Lei Barreto”, mas também resultado da abertura aos mercados internacionais, o que coincidiu com a entrada do país na CEE.

## 2.2. OCUPAÇÕES, EXPROPRIAÇÕES E NACIONALIZAÇÕES

A Constituição aprovada a 2 de Abril de 1976, no seguimento da revolução de 25 de Abril de 1974, previa a existência da Reforma Agrária, nos seus artigos 9.º alínea c), no artigo 10.º, no artigo 52.º nas suas várias alíneas, no artigo 55.º, que previa a criação de comissões de trabalhadores para defender melhor os seus interesses, e no artigo 61.º, que previa a constituição de cooperativas e UCP geridas pelos trabalhadores. No artigo 96.º (objetivos da reforma agrária) dizia-se:

*“A reforma agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista e tem como objetivos: a) Promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores pela transformação das estruturas fundiárias e pela transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção diretamente utilizados na*



sua exploração *para aqueles que a trabalham*, como primeiro passo para a criação de novas relações de produção na agricultura; [...] ” [itálico meu]

E logo, no artigo 97.<sup>o</sup> (eliminação dos latifúndios), que:

“1. A *transferência da posse útil da terra e dos meios de produção* diretamente utilizados na sua exploração *para aqueles que a trabalham* será obtida através da *expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas*. 2. As propriedades expropriadas serão entregues, para exploração, a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores. [...] ” [itálico meu]

O que a Constituição instituiu não foi uma reforma do modelo económico, mas a rutura com um sistema económico, o capitalismo, incluindo o ataque a um dos seus princípios, o da propriedade privada (dos meios de produção) — a palavra de ordem ‘a terra a quem a trabalha’ tornou-se desta forma discurso legal.

Segundo a Constituição da República Portuguesa, é possível definir o termo expropriação como a impossibilidade por parte do proprietário de usufruir dos prédios (urbanos ou rurais) que lhe pertenciam, através da apropriação dos mesmos pelas classes trabalhadoras. Importa referir que este processo implicou o pagamento de uma indemnização a quem tinha sido expropriado.

O mesmo documento define nacionalização como o ato político que prevê a transferência de entidades privadas para propriedade pública, preferencialmente estatal. As nacionalizações tiveram como foco as unidades económicas – explorações ou empresas agrícolas, comerciais, etc., com influência na estrutura do poder económico, ou na transformação do sistema económico.

A transferência da posse da terra era acompanhada pela introdução da gestão colectiva da propriedade (ou a decisão colectiva dos atos de gestão), que rompe com a tradicional divisão social do trabalho (Ferreira, 1994).

As ocupações decorreram em três fases: a primeira decorreu de finais de 1974 / princípios de 1975 a finais de julho de 1975; a segunda entre agosto e setembro de 1975; a terceira e última fase, de outubro até ao final de 1975 (Barros, 1979).

Logo em 1976 as terras começaram a voltar para a posse dos antigos donos, acabando assim a ‘utopia’ que se viu confrontada com a necessidade de fazer face às despesas com salários, pensões e segurança social, com a diminuição das receitas que resultavam da venda de produtos e com a saída de parte significativa dos cooperantes — muita

gente ficou desiludida com o fracasso deste processo, que para muitos constituiu o desabar dos sonhos de juventude (Barros, 1979)

Com as expropriações, milhares de proprietários perderam as suas terras vindo a recuperá-las mais tarde num longo e complexo processo que só terminaria nos anos 90 com a reversão das herdades aos antigos proprietários. (Bermeo, 1986: 38). Apesar de todas estas transformações, 'revoluções' e mudanças profundas relacionadas com a posse da terra, alguns dos antigos proprietários continuavam a ter ligação à terra através de heranças dos familiares (Bermeo, 1986; Ferreira, 1994).

As expropriações foram o resultado natural das ocupações, que, como já foi referido, resultaram da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida. Através das ocupações, passaram a ter acesso à posse da terra que há muito reivindicavam, acabando com a exploração por parte dos latifundiários. Para ocupar as propriedades atuavam em grupo aproveitando a ausência do proprietário.

Quando tinham a posse da propriedade, organizavam-se coletivamente para definir as funções e normas de funcionamento para que todas as decisões pudessem ser tomadas em conjunto, havendo maior liberdade e, desta forma, o progresso social pudesse ocorrer, sem deixar de haver conflitos entre os cooperantes (Lucena, 1986 e Ferreira 2004).

### 2.3. AS UNIDADES COLETIVAS DE PRODUÇÃO

Neste subcapítulo referir-se-á não só a forma como surgiram as primeiras cooperativas e UCP agrícolas no Alentejo, mas também a forma como se encontravam organizadas, que funções cabiam a cada um dos seus membros, as formas de financiamento, e qual a importância do *empowerment* das populações rurais na conquista dos direitos sociais.

As unidades de produção, fossem elas cooperativas ou UCP, surgidas depois das ocupações, tinham uma gestão democrática assumida pelo coletivo, através de plenários de trabalhadores, caracterizadas por uma organização da produção bastante metódica e organizada (Barros, 1979).

As cooperativas agrícolas foram evoluindo de um primeiro estágio, em que albergavam muita população jovem<sup>3</sup>, até encontrarem alguma estabilidade (Reis, 1994; Bermeo, 1986).

---

<sup>3</sup> Com as mais diversas ocupações, habilitações académicas e estilos de vida, que, mais do que um emprego estável, procuravam viver de forma livre e despreocupada.

## 2.4. UCP / COOPERATIVA

Estas duas formas de organização de produção - UCP e cooperativa - não são de definição fácil por se encontrarem interligadas. Foram evoluindo a partir dos anos 20 do século XX até à década de 70. Numa primeira fase, as propriedades são denominadas como herdades coletivas e pré-cooperativas, ilustrando as novas dinâmicas de poder. Apesar de serem modelos de organização semelhantes, nas ciências sociais entende-se que as unidades coletivas são apenas as que resultaram da transformação duma herdade sem que para isso tenham modificado a sua dimensão, o seu coletivo dos trabalhadores, nem a estrutura fundiária relativa à antiga exploração, apontando o secretariado inter-herdades como forma de transição para a UCP (Bermeo, 1986 e Fonseca, 1996).

A implementação das unidades (UCP e cooperativas) deu-se com o decreto-lei n.º 406-B/75, de 29 de Julho em que se estabeleciam as formas de financiamento e apoio infraestrutural por parte do Estado. Neste decreto-lei, em vigor até à aplicação da “Lei Barreto” (Lei 77/77), a designação UCP dá a cobertura legal a todas as formas de unidade de produção surgidas durante a Reforma Agrária independentemente da forma como estavam organizadas.

A grande diversidade de designações para as novas unidades agrícolas que surgiram (ex.: cooperativa agrícola, cooperativa de produção agrícola, cooperativa de produção agropecuária) criou ao legislador constitucional dificuldades na definição do conceito — como o demonstra a ambiguidade na Constituição de 1976. Até à estabilização do processo revolucionário, as unidades agrícolas foram sendo designadas de outras maneiras diferentes (UECT, UPAA), sem que se alterasse o significado e dinâmica das mesmas desde o início do processo revolucionário.

De referir apenas que uma designação comumente aceite para definir este tipo de unidades é “qualquer que seja o tipo de unidade, estas tinham por objetivo a tomada de poder por parte dos trabalhadores para pôr fim a anos de exploração do homem pelo homem” que consideravam inaceitável (Louro, 1986).

Em seguida irei falar de alguns dos motivos que levaram ao fecho destas unidades. Um dos motivos que levou ao encerramento de grande parte das cooperativas e UCP foram as elevadas dívidas contraídas por estas unidades aos bancos, que ascendiam a dezenas de milhares de contos, o que as inviabilizava economicamente, deixando de ter capacidade de pagar salários e demais despesas associadas (Bermeo, 1986).

Pesou também o facto dos bancos, anteriormente de capital privado, terem passado para a esfera do Estado através das nacionalizações que expropriaram centenas de proprietários.

Os apoios dados às cooperativas não eram muito elevados. Dentro destes apoios podemos incluir o Crédito Agrícola de Emergência e demais linhas de crédito. Outro mecanismo de apoio era a venda de produtos nos mercados locais e regionais.

O dinheiro angariado no mercado nacional das cooperativas, localizado em Setúbal, era outra das formas que as cooperativas tinham para se financiarem. Este tipo de iniciativa durou pouco tempo, à semelhança das restantes experiências vividas neste período. Tais experiências são dificilmente repetidas, uma vez que o contexto revolucionário não se repetirá pelo facto de o regime democrático se ter consolidado, como também poucos jovens estariam disponíveis para iniciar uma atividade ligada à agricultura sem disporem de apoios financeiros para o fazerem (Bermeo, 1986).

Esta situação fazia com que houvesse pouco dinheiro disponível para cobrir as despesas correntes que não paravam de aumentar, o que fez com que mais tarde as cooperativas se vissem na contingência de reduzir o pessoal, originando as primeiras grandes desilusões com o processo, tendo grassado o descrédito em todo o processo de Reforma Agrária (Bermeo 1986 e Ferreira 2004).

## **2.5.EMPOWERMENT**

Este conceito surgiu no século XIX, quando os trabalhadores agrícolas ganharam consciência que eram explorados pelos latifundiários e que tinham que chamar a si o seu destino. Daí que se possa definir da seguinte maneira este conceito: *empowerment* é o processo através do qual o indivíduo tem controlo sobre todos os sistemas de valores da sociedade, ou seja, controlo sobre os órgãos de poder e influência sem estar dependente de ninguém (Sem, 1997).

O *empowerment* não é um processo neutro, porque implica a mudança das relações de poder em favor dos mais fracos, o que provoca conflitos sociais significativos, mesmo que à partida isso não seja de fácil previsão.

Um exemplo de *empowerment* (bem sucedido) foi a alfabetização na Índia, que reuniu o governo, as ONG e as populações no início da década de 1990 numa campanha comum para erradicar o analfabetismo (Sem, 1997). Em Portugal, a Reforma Agrária foi um

dos processos mais notáveis no que respeita ao *empowerment* de acordo com a fonte utilizada.(Bermeo,1986)

As experiências do 1.º de Maio possibilitaram que a Mulher se autonomizasse com mais facilidade, passando a trabalhar fora de casa, a poder votar e a poder sair do país sem ter que pedir autorização a quem quer que fosse (Bermeo, 1986).

## **CAPÍTULO 3 - POLÍTICA AGRÁRIA DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS (1975-2015)**

### **3.1. O 25 DE ABRIL COMO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, O FIM DA REVOLUÇÃO E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA**

Portugal saiu da ditadura de maneira diferente da Grécia ou da Espanha. Em Portugal, ao contrário do que aconteceu nos outros dois países deu-se uma “revolução” em vez de uma “transição” negociada entre os dois regimes. Com o 25 de Abril iniciaram-se dois anos de enorme agitação e conflito social, com milhares de pessoas nas ruas e uma grande instabilidade política. O acontecimento que mais influência teve neste período foi o fim da guerra colonial (Soares, 2009).

Depois da Revolução viveu-se um PREC (Processo Revolucionário Em Curso) bastante conturbado, marcado pela nacionalização de setores estratégicos da economia nacional.

A Reforma Agrária teve início neste período com iniciativas esporádicas para culminar na ocupação sucessiva de propriedades dirigidas pelos trabalhadores através dos sindicatos agrícolas, e pelos militares .

Ultrapassado o período mais conturbado que se viveu até 1976, Portugal pediu a adesão à Comunidade Económica Europeia durante o I Governo Constitucional chefiado por Mário Soares, processo que viria a culminar oito anos depois, após um longo período de negociações ( Ferreira, 1994).

A integração europeia foi apresentada pelas elites políticas como alternativa de desenvolvimento económico depois da descolonização, apesar de durante o Estado Novo se ter tentado a integração no espaço europeu (ex.: EFTA). As dúvidas sobre a integração de Portugal nas instituições europeias deveram-se ao frágil desenvolvimento económico. Depois de realizada a adesão, Portugal beneficiou de uma posição favorável para usufruir de livre circulação de pessoas e bens da união monetária (Rezola,2007)

### 3.2. A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

Portugal, depois do 25 de Abril, afirmou-se como Estado de Direito, soberano e que garantia as liberdades individuais. Só através de eleições livres e justas é que foi possível modificar a forma de governo, ao contrário do que acontecia na monarquia constitucional e na Primeira República.

Este período de transição, já de si difícil, ficou ainda marcado pela crise petrolífera que fez abrandar o ritmo de crescimento económico, diminuindo a receita fiscal para pagamento de divisas. A população foi aumentando. As nacionalizações foram uma realidade. Politicamente, Mário Soares pôs o “Socialismo na gaveta”, mantendo as nacionalizações, mas abrindo vários setores da economia a privados, mantendo a proibição dos despedimentos individuais, alterando os coletivos e os contratos a prazo, começando a liberalização do mercado de trabalho. Apesar da desvalorização económica, assistiu-se a um crescimento baseado nas novas tecnologias e no incremento do setor têxtil (Soares, 2009 e Fonseca, 1996).

Houve uma grande transformação na mão-de-obra, passando de um elevado número de elementos na agricultura, para nos anos 80 se assistir a uma diminuição dos trabalhadores agrícolas, resultado da terciarização da economia. Esta evolução repercutiu-se no aumento da esperança média de vida (Soares, 2009 e Ferreira 2004).

Estas transformações teriam influência nas decisões políticas que seriam tomadas afetando todo o setor, que viveu, depois do período revolucionário, um tempo de indecisão ultrapassado mais tarde por via da abertura do setor aos mercados e a capacidade de inovar demonstrada pelos agricultores, que se pode ver com clareza na análise feita no capítulo que se segue.

No último capítulo deste trabalho analisarei quais os momentos para a política agrícola da Reforma Agrária. Definir-se-á a política da Reforma Agrária tendo em conta que é um elemento essencial de análise desta dissertação Irei aferir em que medida se processaram as alterações à política agrícola do período da Reforma Agrária ao longo dos governos que a sucederam. Esta análise foi realizada com base nos programas de governo entre 1975 e 2015, a partir dos quais elaborei as tabelas e o gráfico que se seguem.

A partir dos programas dos governos constitucionais, é possível analisar a intervenção do Estado na Agricultura, no setor privado, na formação, na Europa, na alimentação e no regadio, de forma a perceber-se como evoluiu a política agrária desde o início dos governos constitucionais depois do 25 de Abril (de 1975 até a atualidade).

Para além desta análise mais detalhada das medidas dos governos, este capítulo vai narrar alguns dos acontecimentos mais marcantes deste período, com o objetivo de contextualizar do ponto de vista histórico e político as medidas políticas mais relevantes.

A Reforma Agrária, para além da sua componente agrícola, teve importância política antes da primeira revisão constitucional, afirmando-se que a politização da reforma agrária escondeu as outras questões rurais e agrícolas que se iram colocar depois da entrada na CEE.(Pinto,2004 e Ferreira,2004). Até ao 11 de Março de 1975, as leis mais importantes para o mundo rural incidiram na preocupação de reorganizar o ministério (Decreto-Lei n.º 653/74), dando poderes para arrendar de forma compulsiva terras incultas ou subaproveitadas. Este decreto é o responsável pelas primeiras medidas de intervenção estatal nas herdades agrícolas ou naquelas que estavam a ser mal aproveitadas.

É importante definir em linhas gerais qual foi a política agrícola da Reforma Agrária. Um primeiro pilar da referida política foram as expropriações que foram definidas e concretizadas no decreto-lei com o mesmo nome (decreto-lei nº 406-A/75), o segundo pilar assentou nas nacionalizações e nas ocupações que também estavam consignadas com um decreto-lei (decreto-lei nº 406-C/75), mais tarde surgiu a lei das coutadas (decreto-lei nº 733/74) e demais legislação de enquadramento legal, necessário para implementar o processo. Por último há que destacar a “lei barreto” (lei nº77/77) que marcaria o fim do processo.

### **3.3. O QUE MUDOU COM A REFORMA AGRÁRIA?**

A seguir ao 25 de Abril, viveu-se um período de grande instabilidade política e social. Os governos provisórios foram-se sucedendo, tal como se vê pela existência de seis governos desde Abril de 1974 a finais de 1975. Este período ficou ainda marcado pelo PREC (Processo Revolucionário em Curso) que ocorreu no chamado “Verão Quente” de 1975, marcado por um “confronto” ideológico claro entre os militares do “Grupo dos 9”, lide-



rados por Melo Antunes, grupo que contava com o apoio do PS e de outras forças sociais moderadas, que tinham como antagonista o PCP.

Este clima de tensão só acabou no 25 de Novembro de 1975, quando as forças paraquedistas foram impedidas de intervir, tendo-se desta forma evitado um conflito entre as forças militares apoiantes dos vários partidos. Tal acontecimento representou uma mudança na linha política do PS, que permitiu a abertura do setor à iniciativa privada e a mudanças significativas na agricultura. Esta mudança desagradou ao PCP, que classificou a abertura à iniciativa privada e a reversão de algumas medidas da Reforma Agrária como o princípio do fim do processo. Só depois do 25 de Novembro é que a situação estabilizou do ponto de vista constitucional e governativo.

### **3.4. ANÁLISE DE DADOS BASEADA NOS PROGRAMAS DE GOVERNO**

Nas quatro tabelas que se seguem (numeradas de 1 a 4), foram agrupadas as principais medidas para o setor agrícola em cada década a seguir ao 25 de Abril. Entre as medidas com mais impacto na evolução da política agrícola a seguir ao 25 de Abril podemos referir a reestruturação do Ministério da Agricultura, a aprovação da lei de bases da Reforma Agrária, a criação de cooperativas para venda de produtos, medidas de apoio à formação profissional, criação de um sistema de pensões para toda a população, criação das condições propícias para a adaptação da agricultura portuguesa às exigências da PAC, medidas de liberalização dos mercados por via da integração na OMC (Organização Mundial de Comércio) e medidas geradoras de emprego.

A análise da evolução destes elementos tem como propósito averiguar se as medidas políticas da Reforma Agrária tiveram continuidade nas medidas dos governos nos anos seguintes.

Como referido na secção metodológica, as medidas contidas nos programas dos governos foram agrupadas de acordo com grandes áreas políticas de relevo no plano agrícola. É de referir que, tal como agrupar as medidas auxilia uma melhor análise, também os programas de governos se encontram divididos de forma temática, o que permitiu organizar a investigação.

**TABELA N.º 1**  
**TÍTULO: PROGRAMAS DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS DESDE 1975 A 1985**

<b>SETOR PÚBLICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Reestruturar e racionalizar o ministério da agricultura e pescas (1º,3º,4º,6º,7º,8º)</li> <li>-Manter os organismos estatais informados sobre as produções (6º), Criação do Estatuto da terra e da floresta (1º)</li> <li>-Criar mecanismo de controlo e concessão de crédito (1º), Definir preços (2º)</li> <li>-Organizar os serviços de acordo com decreto-lei 221/77 e agilizar a capacidade de ação (2º,7º,8º), -Criação da Lei de bases da Reforma Agrária (2º) e da Lei orgânica do MAP e serviços (3º,4º), Criação da Lei da ZIRA (3º) -Disciplinar o mercado grossista (3º);</li> <li>-Alargamento do ordenamento agrícola e dos programas de desenvolvimento regional,</li> <li>-Elaboração e entrada em vigor do Código vegetal (4º), -Elaboração da Lei do arrendamento para proteger os pequenos senhorios (1º). Leis fomentadoras da capacidade produtiva (2º)</li> </ul>
<b>SETOR PRIVADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alargamento das entidades de concessão de crédito e de coordenação de projetos agrícolas considerados sustentáveis (1º), Fomento dos Bancos regionais para descentralizar a atividade económica (1º,8º), Início da implementação do IFADAP (2º,3º,6º)</li> <li>-Criação de Cooperativas para estruturar o comércio de produtos (1º)</li> <li>-Diversificação dos sistemas de comercialização e armazenagem (2º), Implementação de uma estratégia credível de distribuição (3º)</li> <li>-Criação do Estatuto da Agricultura de grupo (5º), da Promoção social dos trabalhadores (6º), dos Seguros agrícolas (6º), Preparar a agricultura para a inflação (6º) e Redimensionar as empresas para serem competitivas, promovendo o associativismo agrícola.</li> </ul>
<b>FORMAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Investigação aplicada ao desenvolvimento (1º), formação profissional e apoio ao associativismo (1º)</li> <li>- Criação centros de formação para jovens (5º), Ações de formação e cursos em escolas próprias (6º,9º),Doar terras aos novos agricultores (8º), visitas de estudo e atribuição de bolsas (9º),Formação de guardas (9º)</li> </ul>
<b>EUROPA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Aproximar o país dos padrões europeus com vista à adesão através da alteração da lei da RA (4º,6º,7º)</li> <li>-Adoção gradual da PAC (6º), Ajustamento dos preços</li> </ul>
<b>QUESTÕES SOCIAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Apoio à construção de habitações rurais (1º), -Sistema de velhice invalidez garante de assistência (1º)</li> </ul>
<b>ALIMENTAÇÃO E FLORESTAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Produção de sementes e plantas (1º), Controlo de pesticidas e herbicidas (1º),veterinário (1º)</li> <li>-Reorganizar olivicultura (2º), desenvolver industria agroalimentar (2º,3º),defender património florestal (1º,2º,6º), reorganizar perímetro de rega (2º,9º), proteger solos e a potenciar produção (3º,6)</li> </ul>

Notas: 1.º e 2.º Governo (1976-1978- PS - Mário Soares), 3.º, 4.º e 5.º Governo (1978 a 1980 – Independente, de iniciativa presidencial), 6.º Governo (1980 a 1981 – AD- Sá Carneiro e Freitas do Amaral), 7.º e 8.º Governo (1981 1983- AD - Pinto Balsemão).

As medidas políticas da Reforma Agrária foram implementadas entre 1974 e 1983, tendo sido posteriormente progressivamente abandonadas. Este abandono ficou a dever-se em grande medida à abertura do país aquando da entrada na CEE e conseqüente abertura aos mercados internacionais de concorrência. Houve também uma vontade interna de reverter o processo e isso tem naturalmente de ser reconhecido.

A Tabela 1 analisa os programas dos governos correspondentes ao período de 1976 a 1985. O primeiro governo desta década foi liderado pelo PS na pessoa de Mário Soares, a que se seguiram de 1978 a 1980 três governos de iniciativa presidencial, liderados por Nóbrega da Costa, por Mota Pinto e por Maria de Lourdes Pintassilgo. Seguiram-se, no ano de 1980, os curtos governos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral da AD (Aliança Democrática), a que se seguiu o governo de Pinto Balsemão, também ele da AD. No final desta década, o último governo, de 1983 a 1985, foi liderado novamente por Mário Soares do PS.

As medidas tomadas pelos governos nesta década ilustram a indefinição que se vivia, resultante do recente processo de transição democrática. Dentro destas medidas podemos incluir a reorganização do ministério da agricultura, a aprovação da lei de bases da Reforma Agrária, a adoção de medidas que promovessem a ascensão social dos trabalhadores, incentivos à formação dos agricultores e a adaptação da agricultura portuguesa tendo em vista a entrada na CEE. Estas medidas tiveram como objetivo encontrar soluções concretas para solucionar os problemas que surgiram com o fim das cooperativas, para que os agricultores pudessem ter emprego noutra área, evitando o aumento do desemprego. Para tal foram importantes os projetos de formação e reconversão de agricultores para que não se perdesse mão-de-obra que ainda podia ser útil ao país e se evitasse que esta população caísse na pobreza e miséria.

Como complemento a estas medidas, foram aprovados vários decretos de lei que permitiram ao legislador pôr em prática as já referidas medidas. Estava-se numa fase de indefinição do processo revolucionário em que não se sabia com rigor o rumo que o setor viria a seguir. A linha seguida nesta fase era próxima dos valores revolucionários, respondendo aos anseios das populações a terem uma vida melhor.

Um exemplo de como este período influenciou de forma significativa a vida das populações foi o complexo processo de ocupações das herdades que permitiu a criação de unidades (Cooperativas ou UCP) geridas pelos trabalhadores na procura de melhores condições de vida através da gestão coletiva do bem comum.

As décadas seguintes marcaram o fim da Reforma Agrária, sendo não só resultado de uma interpretação política diferente mas também como consequência direta da adesão e posterior entrada de Portugal na CEE que teve já impacto na década que analisei, quando os governos referem que a agricultura portuguesa devia ir adotando gradualmente as medidas inscritas na PAC.

Nesta primeira tabela verifica-se uma aplicação das medidas políticas mais próximas da Reforma Agrária. Esta aplicação verifica-se pelos decretos de lei que foram sendo aprovados, nomeadamente os que previam a extinção das coutadas e o que previa a existência das nacionalizações, tal como vem transcrito anteriormente. Apesar de ter sido neste período que Portugal fez o pedido de adesão à CEE, os efeitos da entrada só se sentiriam na década seguinte, quando se finalizou o processo negocial.

Após a adesão a agricultura nacional passou a estar integrada nos mercados internacionais que eram muito concorrenciais e que levaram ao fim da ideia inicial que havia sobre a Reforma Agrária.

Entre 1975/76 e 1986 viveu-se uma grande agitação social típica da Reforma Agrária. Dentro desta agitação incluem-se as expropriações, as ocupações e as nacionalizações das herdades fazendo com que os proprietários abandonassem as terras. Neste período concretizam-se os projetos revolucionários de formação das cooperativas agrícolas geridas pelos trabalhadores.

Mais tarde (1976-1977) o processo da Reforma Agrária acaba, com o fecho da maioria das cooperativas fruto das dificuldades já referidas. Entre 1980 e 1986 Portugal negocia a entrada na CEE levando não só à rutura com a política agrícola da Reforma Agrária mas levando também à adoção das normas europeias, nomeadamente, com a entrada em vigor da PAC, o que muda radicalmente a evolução da agricultura nacional

A PAC foi criada em 1957 pelo tratado de Roma (tratado fundador da CEE) tendo como objetivo uniformizar os sistemas agrícolas (rega, plantações, financiamentos...) dos Estados Membros para que não se repetissem situações de escassez alimentar e que no futuro todos os fossem sejam autosuficientes e se pudessem ajudar.

Desde 1986 que o setor agrário nacional tem sido condicionado pela PAC. A pouca produtividade agroalimentar e a representatividade da agricultura no emprego e no PIB dos países fundadores fez da agricultura uma prioridade. A PAC tinha como objetivos incrementar a produtividade, estabilizar os mercados e assegurar preços razoáveis aos consumidores. Nos primeiros anos da PAC, a produção agrícola triplicou, ao mesmo tempo dos salários e rendimentos dos agricultores.

Dentro dos problemas gerados pela PAC, incluem-se os excedentes agrícolas impossíveis de escoar, o desajustamento entre a produção e a procura e os problemas ambientais. Entre as reformas necessárias incluem-se o alargamento dos estabilizadores económicos e a redução das terras cultivadas.

Em 1992 iniciou-se a primeira reforma da PAC que teve como objetivo reequilibrar a procura e a oferta, promovendo o respeito pelo ambiente. Para tal, diminuíram-se os preços, incentivou-se o pousio, promoveu-se igualmente a agricultura biológica, a silvicultura e a pluriatividade, apesar de alguns avanços nos rendimentos, aumentaram os problemas ambientais.

Em 1999, houve a necessidade de uma nova reforma da PAC para reforçar as alterações introduzidas em 1992, dentro destas prioridades incluem-se o desenvolvimento rural, a garantia da segurança alimentar, o bem-estar animal e a promoção de uma agricultura sustentável. Esta nova alteração suscitava uma série de desafios, como a necessidade de aumentar a competitividade, reorganizar o espaço rural e enfrentar os desafios de alargamentos futuros. Em 2003, houve a necessidade de uma nova revisão da PAC em que os agricultores foram encorajados a respeitar o ambiente e a promover a segurança alimentar. A agricultura portuguesa antes da adesão à UE representava 17% do PIB e 30% dos empregos, embora fosse um setor envelhecido (Rezola,2007)

Dadas as fragilidades da agricultura portuguesa, a integração foi feita em duas fases. Na primeira fase, até 1990, Portugal não estava sujeito às regras da PAC, beneficiando de incentivos financeiros e de incentivo ao desenvolvimento no âmbito do PE-

DAP(Programa específico de desenvolvimento da agricultura em Portugal) que como o nome indica tinha como objetivo ajudar no desenvolvimento da agricultura nacional, valorizando a mão de obra. A segunda etapa deveria terminar em 1995, aquando da criação do mercado único, que permitiu a livre circulação de produtos.

Para Portugal os apoios da PAC não foram suficientes para resolver os problemas estruturais, tornando-se imperioso reestruturar todo o setor com o objetivo de aumentar a competitividade. Para tal, usou-se fundos de auxílio financeiro como o FEDER (Fundo Europeu de desenvolvimento regional), o FSE(Fundo Social Europeu) e o FEOGA (Fundo Europeu de organização e gestão agrícola).

<b>TABELA N.º 2</b>	
<b>TÍTULO: PROGRAMA DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS DESDE 1985 A 1995</b>	
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Reestruturar o MAP, dotando-o de capacidade técnica (11º).</li> <li>-Tornar o ministério o principal decisor da política agrária (11º,12º)</li> <li>-Criar os incentivos ao emparcelamento e expropriações da vinha (11º,12º)</li> </ul>
<b>SETOR PRIVADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Apoiar os agricultores mais responsáveis (10º)</li> <li>-Formar empresas agrícolas, distribuindo terras e indemnizações aos expropriados (10º,11º,12º)</li> <li>-Acesso fácil ao PEDAP (10º) com Incentivos aos mais idosos para terminarem a atividade sem prejuízos (11º)</li> </ul>
<b>FORMAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Facilitar o acesso dos jovens às estruturas fundiárias (10º)</li> <li>-Formar profissionalmente e dotar de Capacidade técnica / organizativa os agricultores e as unidades agrícolas (12º)</li> </ul>
<b>EUROPA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Organizar os apoios da CEE (10º,12º)</li> <li>-Usar a PAC para dinamizar a agricultura (11º,12º), Uso do FEOGA para essa dinamização (11º)</li> <li>-Defender os interesses de Portugal na PAC (12º)</li> </ul>
<b>QUESTÕES SOCIAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Potenciar as relações económicas na ZIRA tendo como base a lei da Reforma Agrária (11º)</li> </ul>
<b>ALIMENTAÇÃO E FLORESTAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Reorganizar as empresas do setor agroalimentar (10º)</li> <li>-Otimizar o rendimento da terra (11º)</li> <li>-Garantir a segurança alimentar e a DOP (Denominação de origem protegida) (11º,12º)</li> <li>- Assegurar o potencial florestal prevenindo incêndios (12º)</li> <li>-Assegurar a irrigação e a drenagem (10º,11º,12º)</li> </ul>

Notas: 10º, 11º e 12º Governo Constitucional (1985 a 1995- PSD – Cavaco Silva).

A década de 1985-1995 marca a rutura com as medidas políticas da Reforma Agrária, iniciando o estudo de medidas alternativas no âmbito da PAC que permitissem a sustentabilidade do setor. Os governos nesta década foram liderados pelo PSD através dos três governos de Cavaco Silva.

A tabela 2 referente a esta década expõe as medidas que foram necessárias implementar aquando da entrada na CEE e como esta entrada alterou a realidade agrícola nacional. Dentro destas medidas, inclui-se o acesso fácil ao PEDAP, o incentivo à formação profissional dos agricultores e a implementação da PAC para dinamizar a agricultura nacional.

A adaptação às medidas da PAC e a sua evolução foram neste período um novo desafio, concluída que estava a transição para a democracia e a integração europeia. A PAC teve três fases distintas.

Embora a PAC não seja o foco essencial desta dissertação, foi importante porque influenciou o caminho seguido a seguir à internacionalização do setor agrícola. .

Neste período dá-se uma rutura total com a política seguida anteriormente. Nesta rutura podemos incluir como já referimos a introdução da PAC e a sua adaptação e agilização à realidade nacional através do PEDAP (Plano Especial de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa). Era necessário potencializar as relações económicas dentro da ZIRA, tendo como base a lei da Reforma Agrária, adaptando-a de forma a prever a nova realidade concorrencial que se estava a iniciar. Dentro das regras europeias houve uma exigência maior pela segurança e qualidade alimentar, estabelecendo-se regras para as denominações de origem protegida.

Portugal aproveitou as “ajudas estruturais” que se destinavam à convergência, tendo sido menos ajudado do que outros países porque a PAC, através do qual vinham grande parte dos apoios comunitários, privilegiava produtos em que Portugal não era especializado (Ramos, 2009).

A crise petrolífera que fez com que os preços subissem, a juntar à instabilidade governativa que até então se vivia, foram os fatores que, tal como a PAC, mais peso tiveram nas mudanças experienciadas pela agricultura portuguesa.

A agricultura nesta década não teve um grande investimento, pelo contrário assistiu-se a um claro desinvestimento. Isto aconteceu pelo incentivo dado aos agricultores para que não trabalhassem as terras e pelo início da implementação do sistema de quotas para



os vários produtos, que se irá acentuar na década seguinte. É ainda nesta década que foram extintas as últimas cooperativas agrícolas.

Esta década coincidiu com a adesão de Portugal à CEE e ao mesmo tempo a obrigação de cumprir as regras da PAC. Esta opção levou naturalmente à rutura com as medidas da década anterior, contribuindo para o encerramento de muitas unidades agrícolas bem como para a reversão das nacionalizações. Estas iniciativas tiveram concretização na criação de incentivos ao emparcelamento e expropriações da vinha, na formação de empresas agrícolas que tinham como função distribuir terras e garantir indemnizações ao expropriados, era pois necessário melhorar o rendimento da terra assegurando a eficaz irrigação e drenagem da mesma.

**TABELA N.º 3**

**TÍTULO: PROGRAMA DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS DESDE 1995 A 2005**

<b>SETOR PÚBLICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Criar as Lei-quadro do desenvolvimento florestal (13º) e das organizações interpessoais (13º)</li> <li>-Reprogramação financeira através do PAMAF (QCAII) (13º)</li> <li>-Diferenciar as ajudas para proteger os pequenos agricultores (15º)</li> <li>-Alterar o conceito de “Região Agrícola desfavorecida”</li> </ul>
<b>SETOR PRIVADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Aumentar a capacidade de armazenar água (13º)</li> <li>-Implementar programas de reequilíbrio financeiro para reduzir o custo de produção (13º, 14º)</li> <li>-Promover os contratos entre o Estado, a indústria transformadora e os distribuidores (13º)</li> <li>-Liberalização dos mercados pela OMC (15º)</li> </ul>
<b>FORMAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Rejuvenescimento empresarial do mundo rural (13º)</li> <li>-Implementar programas para a instalação de quadros técnicos jovens (13º)</li> <li>-Simplificar as candidaturas aos fundos estruturais (15º)</li> </ul>
<b>EUROPA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Rejeitar a renacionalização da PAC através da Reforma da PAC (15º),(16º)</li> </ul>
<b>FLORESTA E ALIMENTAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ajustar a produção animal às exigências da procura (14º)</li> <li>-Apoiar a agricultura biológica e a aplicação da lei da caça sobre os recursos cinegéticos (13º, 16º, 16º)</li> <li>-Criar o Plano de combate à dos montados (13º)</li> <li>-Criação de gabinete de Coordenação interministerial para a floresta e atividades associadas(13º, 15, 16º)</li> <li>-Preservar o equilíbrio florestal (14º)</li> <li>-Reorganizar o ministério para resolver os problemas do regadio (13º)</li> <li>-Reforçar componentes de desenvolvimento do mundo rural, proteção do ambiente, qualidade de produtos e segurança alimentar (15º, 16º)</li> </ul>

Nota: 13.º e 14.º Governos Constitucionais (1995 a 2002 – PS - António Guterres), 15.º e 16.º Governo Constitucional (2002-2005- PSD-CDS - Durão Barroso e Santana Lopes).

Em termos de liderança dos governos há que referir que de 1995 a 1999 e de 1999 a 2002, o governo foi liderado por António Guterres do PS. Seguiram-se os governos de Durão Barroso (2002-2004) e de Santana Lopes (2004-2005) ambos do PSD, em coligação com o CDS/PP.

Através da tabela referente à década de 1995-2005 pode-se ver que as prioridades para o setor se alteraram irreversivelmente. Estas mudanças fizeram-se sentir em todas as áreas de intervenção. As mudanças ocorreram ao nível da reprogramação financeira através do Quadro Comunitário de Apoio, através de contratos entre o Estado e os privados, pela mudança na indústria transformadora, pela liberalização dos mercados pela OMC, através da aposta no rejuvenescimento dos empresários rurais e que tenham mais formação, decidiu-se pela simplificação das candidaturas aos fundos estruturais, defendeu-se ainda uma reorganização da PAC, preparando a economia para a abertura da União Europeia aos países do leste europeu.

Quem analisa estas medidas não pode esquecer-se de outras medidas de âmbito mais localizado e que permitiriam diminuir as catástrofes naturais e resolver a crise de alimentação. Entre estas medidas referem-se como as mais importantes a de adaptar a oferta às exigências da procura e garantir o controlo e segurança alimentar dos produtos consumidos pelos cidadãos.

Este período representou uma continuidade com a década anterior já que a primeira e a última década representam períodos de mudança, ainda que diferentes porque se na primeira década se estava a viver um período revolucionário, na última era necessário inovar para que o setor não estagnasse. Nesta década houve a intenção de reformar a política da PAC, de liberalizar os mercados através das regras da OMC, de preparar da melhor forma o alargamento a Leste. O acontecimento que viria a marcar esta década e as seguintes foi a entrada em circulação do euro (1999) que criou uma união monetária permitindo a livre circulação de pessoas, bens e mercadorias.

Tal situação, que à partida podia ser positiva, revelar-se-ia negativa, por causa das diferenças de competitividade entre as economias europeias. Por isso, um projeto que inicialmente tinha tudo para ser positivo para a União Europeia, com o passar do tempo pôs em causa este importante projeto.

A integração de Portugal na CEE, por via da PAC, provocou um fluxo de dinheiro à nossa agricultura que se destinou a subsidiar os preços de alguns produtos e promover alterações estruturais no aparelho produtivo, estando ainda por avaliar qual o efeito das medidas da PAC na agricultura nacional (Almeida,1999).

Existem muitos desafios que se colocam à agricultura nacional nos próximos anos, entre estes podemos incluir: novos desequilíbrios que apesar da baixa dos preços e pelo controlo da produção podem gerar excedentes produtivos; exposição à crítica através da opinião pública; êxodo em muitas zonas rurais resultado da desertificação; problemas ambientais e, por último, a vertente institucional, sendo necessário continuar e credibilizar a aplicação desta política europeia.

Importa sublinhar que a PAC marcou uma rutura definitiva com a Reforma Agrária, constituindo um dos pilares da política agrícola nacional na década seguinte. Como se irá ver na tabela 4, começou a pensar-se nos novos rumos a adotar para a agricultura nacional (Cunha, 1996). De frisar que os aspetos que se referem seguem constam dos programas de governo do período considerado(1995-2005).

**TABELA N.º 4**

**TÍTULO: PROGRAMAS DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS DESDE 2005 A 2015**

<b>SETOR PÚBLICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Reduzir o défice da balança comercial pelo aumento das exportações, equilibrando a balança (17º,20º)</li> <li>-Criação do Programa nacional de desenvolvimento agrícola (17º), e do banco de terras (17º,21º),</li> <li>-Criação de apoios legislativos pós 2014 para regularizar a RPU (19º) e Criação das Bolsas de terras (19º)</li> </ul>
<b>SETOR PRIVADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Concentração de oferta de produtos agrícolas (17º), Simplificação das candidaturas aos incentivos agrícolas (17º), Apoiar os agricultores na turbulência dos mercados económicos (18º)</li> <li>-Apoiar as estruturas representativas do setor (17º)</li> <li>-Promover a profissionalização / organização para o mercado de forma a obter economias de escala (18º), Desenvolvimento em rede de empresas agrícolas e programas de investimento (19º)</li> </ul>
<b>FORMAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Formar e valorizar os agricultores (19º)para rejuvenescer o setor (20º)</li> <li>- Apoiar os pequenos agricultores no aumento de 600 euros por ha na PAC (21º)</li> <li>- Criação do Estatuto do jovem empresário rural (21º), Reformular tipologia do PDR 2020 (21º)</li> </ul>
<b>EUROPA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Simplificar PRODER através da reforma da PAC para combater a crise do setor (18º)</li> <li>-Ajudas diretas da UE (19º,20º) para.comparticipar a conclusão d o PRODER (19º),</li> <li>-Garantir as quotas leiteiras (19º,20º) ,Garantir as verbas e avaliar despesa do PDR 2020 (20º)</li> <li>--Convergência entre Estados após 2019 e fortalecer a PAC (20º,21º)</li> </ul>
<b>ALIMENTAÇÃO E FLORESTAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Elevar padrões de qualidade e segurança dos produtos (17º)</li> <li>-Programa nacional de novos regadios e construção do Alqueva (17º), Qualidade agrícola e alimentar (17º,20º), Estimular a produção de biomassa (17º) ,Distribuir de produtos de qualidade (20º), Valoriza as raças autóctones (20º).Tornar atrativo o regadio (21º)</li> <li>-Criação da Estratégia nacional para a agricultura biológica (21º)</li> </ul>

Notas: 17.º e 18.º Governo Constitucional (2005 a 2011- José Sócrates - PS), 19.º a 20.º Governo Constitucional (2011 a 2015 - PSD-CDS- Passos Coelho), 21.º Governo Constitucional (2015- PS - António Costa).

A tabela 4 refere-se à década de 2005 a 2015 e traduz uma nova política para o setor virada para a evolução da PAC, onde se inclui o esforço que o setor tem de realizar para diversificar as suas áreas de ação, nomeadamente no turismo, na enologia e na promoção de atividades lúdicas e desportivas no mundo rural. Um exemplo desse processo é a Companhia das Lezírias, no Ribatejo, que, para além de uma companhia agropecuária, começou, a partir de 2008/2009, a fazer uma aposta séria no turismo e na enologia como áreas alternativas e sustentáveis.

Entre as medidas propostas neste período, podemos incluir a criação do banco de terras, a simplificação das candidaturas aos incentivos agrícolas, a formação e valorização dos agricultores de forma a rejuvenescer o setor e a simplificação do PRODER através da PAC, de forma a combater a crise que o setor atravessava. Ao nível alimentar e florestal, houve a preocupação de garantir a qualidade alimentar. Como medidas complementares, destacam-se os estímulos à utilização da biomassa, a construção da barragem do Alqueva para melhorar as condições de regadio no Alentejo e a nova estratégia nacional para a agricultura biológica que vem complementar as medidas mencionadas acima.

Nesta década os governos foram liderados de 2005 a 2009 e de 2009 a 2011 por José Sócrates do PS, e de 2011 a 2015 por Passos Coelho do PSD (em coligação com o CDS/PP). e nos últimos meses resultado de uma histórica convergência com o PCP e o BE, foi o PS quem assumiu o governo.

Este período (2005-2015) ficou marcado por uma série de medidas que tinham como objetivo facilitar a integração de Portugal no mercados internacionais. Dentro destas medidas pode-se incluir o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrícola, o apoio às estruturas do setor, a formação de agricultores de forma a rejuvenescer o setor e a criação mecanismos de intensificação e fortalecimento do PRODER. Os atores chave neste processo foram os governos que negociaram estes programas, as instituições europeias que recomendaram as medidas e por último os agricultores portugueses (para além de estarem diretamente envolvidos no processo, entendiam que tinham que defender os seus interesses que sentiam ameaçados pela PAC).

Por último, deve referir-se que neste período se verificou uma profunda alteração no paradigma agrícola nacional, na medida em que as cooperativas foram sendo encerradas, passando-se de uma agricultura fechada para um mercado aberto e concorrencial.

O gráfico abaixo foi elaborado com base nos programas dos governos constitucionais desde 1975 e sintetiza a informação apresentada nas tabelas anteriores

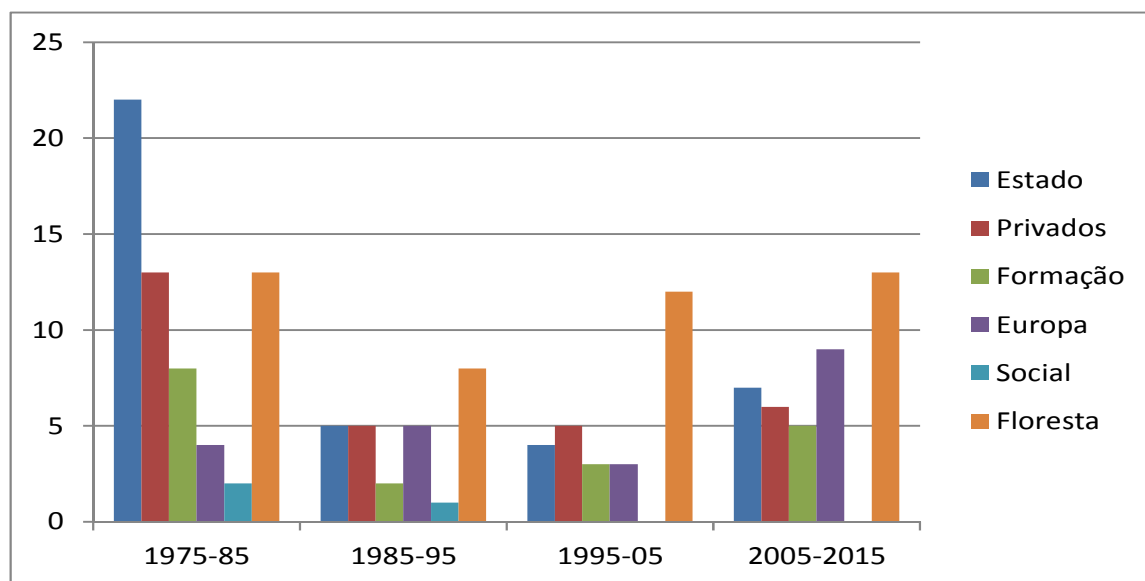
Esta análise decorre do estudo dos programas de governo, tendo-se contabilizado o número de vezes que estes se referiam a cada uma das políticas mencionadas nos vários itens, através da arrumação das medidas nas várias tabelas, tendo chegado a essas tabelas pela análise exaustiva dos programas dos governos. Neste gráfico é possível analisar a evolução da intervenção do Estado na agricultura nas várias áreas (no setor público, no setor privado, na formação, na Europa e na alimentação e florestas).

Esta evolução permite ver as várias fases deste processo. Uma primeira fase (1975-1985) em que as medidas dos governos se aproximavam dos anseios das populações, nomeadamente por uma maior intervenção do Estado na economia e um apoio às cooperativas, como se pode ver na legislação que ia sendo publicada (Ferreira, 2004).

Na década seguinte (1985 a 1995), os governos fizeram com que a agricultura nacional se virasse mais para o mercado, abandonando o cariz social e revolucionário. Esta estratégia decorreu dos desafios que a adesão à CEE colocava. O mesmo cenário repetir-se-ia na década seguinte (1995 a 2005), ilustrado pelo fecho da totalidade das cooperativas até aos anos 90, o que causou tensão entre as forças políticas mais moderadas e o PCP, que tinham neste período uma visão oposta do caminho que a agricultura portuguesa devia seguir. Importa ainda incluir nesta análise as alterações decorrentes das sucessivas revisões constitucionais, expressão da vontade dos partidos políticos em adequar o texto constitucional às novas realidades.

Na última década em estudo (2005-2015), a integração europeia já estava concluída com a adaptação de todos os setores a esta nova realidade. Nesta fase houve para diversificar as áreas de intervenção da agricultura, aumentando a sua abrangência, nomeadamente no setor do turismo.

**Gráfico 1 - Evolução da intervenção do Estado na agricultura (1975-2015)**



Nota: Evolução da intervenção do Estado na Agricultura . O valor absoluto das medidas aplicadas é de 154.

O gráfico acima representa a evolução da intervenção do Estado nas várias áreas (setor público, setor privado, formação, Europa, alimentação e florestas) do setor agrícola desde 1975 até à atualidade.

A década de 1975 – 1985, com o pedido de entrada de Portugal na CEE, é o período onde o Estado foi o principal agente da agricultura nacional. Esta circunstância explica-se por se ter vivido um período revolucionário em que não estava ainda definido com exatidão qual era o papel que cabia a cada um dos segmentos do tecido económico nacional.

Assiste-se a uma aposta crescente na formação e na preservação das áreas florestais. Para terminar a análise desta década, é de referir que a temática da integração europeia foi sempre consensual entre o PS e o PSD. O exemplo disso é que a adesão foi pedida por um Presidente da República com ligações ao PS (Mário Soares) e liderada por um governo do PSD (Cavaco Silva).

A segunda década ficou marcada pela estabilidade política, fruto dos dez anos dos governos maioritários de Cavaco Silva (1985-95), que permitiram consolidar a democracia e as suas instituições. É de referir que a integração europeia, para além de ter sido um dos objetivos dos governos a seguir ao 25 de Abril, permitiu, também ela, de acordo com alguns autores, a consolidação definitiva da democracia (Ferreira, 1994).



Na segunda década deste período (1985-95) há um equilíbrio entre o setor público, o setor privado e aposta na integração europeia. A formação e as questões sociais foram vetores com uma importância reduzida no setor, sendo a alimentação e as florestas o vetor que mais se destaca. Esta mudança ocorreu não só pelo fim da Reforma Agrária, mas também pela entrada e consolidação nas instituições europeias, o que fez com que se integrassem normas europeias na legislação nacional com destaque para a PAC. Embora a PAC tenha sido um processo importante na transformação da agricultura portuguesa da qual convém falar, o foco deste trabalho será o impacto que a PAC teve para a Reforma Agrária (Cunha, 1996). Este período ficou marcado, como foi dito, pela estabilidade política dos governos de Cavaco Silva, que desinvestiu na agricultura e nas pescas, tendo investido em autoestradas e vias de comunicação ( Ferreira, 1994).

Na década de 1995 a 2005, pela primeira vez os privados ultrapassam o Estado com vantagem ligeira para o privado, o que reflete a abertura da economia à iniciativa privada, fator característico e decisivo da integração europeia. Embora tenham visto crescer o seu peso, a formação e a Europa continuavam a ser os vetores com menos peso, sendo o vetor das florestas o que mantinha o mesmo peso relativo.

Esta década ficou marcada pela entrada em circulação do euro (1999) e pelo alargamento da União Europeia a Leste, o que alteraria significativamente a configuração da economia europeia.

O alargamento a Leste não foi benéfico para a União Europeia porque as economias do leste europeu, para além de terem características diferentes das economias mais ocidentais, ainda não estavam adaptadas à nova realidade geopolítica em que se encontravam, fruto de terem saído recentemente do domínio soviético, resultado do fechamento em que se encontravam até aos anos 90 (Ramos,2009).

Na última década, o setor público ganhou destaque juntamente com a integração europeia. O vetor mais importante continuou a ser o vetor florestal. Os vetores com menos peso neste período foram a formação e os privados embora, à semelhança dos outros vetores, tinham visto o seu peso relativo aumentar.

## CONCLUSÃO

A Reforma Agrária não foi um processo estanque e uniforme. Teve grande impacto na vida social, económica e política. Este impacto fez-se sentir nas divergências entre as diferentes forças de todo o espectro político (PCP, PS, LUAR, PRP, UDP, MES, MRPP, o PPD e o CDS). Teve repercussões na organização social com as expropriações e com a criação das cooperativas agrícolas e do ponto de vista social foi um processo relevante porque possibilitou que os trabalhadores rurais adquirissem direitos que até aí não tinham. As medidas políticas da Reforma Agrária foram implementadas entre 1974 e 1983, tendo sido posteriormente abandonadas. Este abandono resultou em grande medida da vontade política interna de as reverter, bem como da abertura aos mercados internacionais aquando da entrada de Portugal na CEE,

A Reforma Agrária foi um complexo processo de transformação política, económica e social que teve lugar nos campos portugueses, com consequências para todo o país, a seguir à revolução de Abril. Como processo social que foi, entre muitos aspetos, realçaram-se como positivos a aquisição de direitos sociais e políticos por parte das classes trabalhadoras e o contributo decisivo para a institucionalização de um Estado Social em Portugal, na medida em que foi a partir deste momento que se começou a desenhar um sistema de saúde público para todos, bem como de um sistema de pensões justo e equitativo.

Apesar deste desfecho, constitui ainda hoje passadas quatro décadas, um tema gerador de posições antagónicas. Para uns foram expectativas que se viram goradas. Para outros tratou-se apenas de um processo de expropriação de bens, com o beneplácito do Estado.

## FONTES

Decreto-Lei n.º 201/75 (Lei do arrendamento rural)

Decreto-Lei n.º 406-A/75 (Lei da Reforma Agrária)

Decreto-Lei n.º 407-A/75 (Lei das nacionalizações)

Decreto- Lei n.º 407-C/75 (Lei da extinção das coutadas)

Art.º. 62.º da Constituição da República Portuguesa

<i>Programa do 1.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf</a> .		
<i>Programa do 10.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464036/GC10.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464036/GC10.pdf</a> .		
<i>Programa do 11.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf</a> .		
<i>Programa do 12.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464042/GC12.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464042/GC12.pdf</a> .		
<i>Programa do 13.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464045/GC13.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464045/GC13.pdf</a> .		
<i>Programa do 14.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf</a> .		
<i>Programa do 15.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464051/GC15.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464051/GC15.pdf</a> .		
<i>Programa do 16.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464054/GC16.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464054/GC16.pdf</a> .		
<i>Programa do 17.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464060/GC17.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464060/GC17.pdf</a> .		
<i>Programa do 18.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf</a> .		
<i>Programa do 19.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf</a> .		
<i>Programa do 2.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464015/GC02.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464015/GC02.pdf</a> .		
<i>Programa do 20.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/18167052/20151106-programa-governo.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/18167052/20151106-programa-governo.pdf</a> .		
<i>Programa do 21.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/18268168/programa-do-xxi-governo.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/18268168/programa-do-xxi-governo.pdf</a>		
<i>Programa do 3.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464018/GC03.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464018/GC03.pdf</a> .		
<i>Programa do 4.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464021/GC04.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464021/GC04.pdf</a> .		

<i>Programa do 5.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464024/GC05.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464024/GC05.pdf</a> .		
<i>Programa do 6.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464027/GC06.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464027/GC06.pdf</a> .		
<i>Programa do 7.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464069/GC07.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464069/GC07.pdf</a> .		
<i>Programa do 8.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464030/GC08.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464030/GC08.pdf</a> .		
<i>Programa do 9.º Governo Constitucional.</i>	Disponível	em:
<a href="http://www.portugal.gov.pt/media/464033/GC09.pdf">http://www.portugal.gov.pt/media/464033/GC09.pdf</a> .		

## BIBLIOGRAFIA

- Adegar , Hélder (1996) *O Alentejo no século XIX - Economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Barros, Afonso (1979), *A Reforma Agrária em Portugal*, Oeiras, Instituto Gulbenkian da Ciência,
- Bermeo, Gina (1986), *The Revolution within the revolution - Workers' Control in Rural Portugal*, New Jersey, Princeton University Press.
- Budge, Ian, Hans-Dieter Kingman, Andrea Vulcans, Judith Bara, Eric Tanenbaum (2001), *Mapping policy preferences- Estimates for Parties, Electors, and Governments 1945-1998*, New York, Oxford- University Press.
- Cautela, Afonso (1975), *O Alentejo na Reforma Agrária*, Lisboa, Diabril Editora.
- Chagas Duarte, Fernando (2009), *Os vectores não económicos do desenvolvimento económico - O Alentejo e a Reforma Agrária*, Lisboa Universidade Nova de Lisboa.
- Costa , António (2014), *Governar em ditadura*, Lisboa, ICS.
- Costa , António (2015), *A busca da democracia*, Lisboa, ICS.
- Cruzeiro, Maria Manuela, *Do interior da Revolução - Vasco Lourenço*, Lisboa, Âncora Editora.
- Cunhal, Álvaro (2007), *Contribuição para o estudo da Questão agrária*, Lisboa, Edições Avante.
- Dacosta, Fernando (2001), *Nascido no Estado Novo*, Editorial Noticias, Lisboa.
- Entrevistas a Paula Coelho (2014) e Carlos Júlio (2015)
- Ferreira de Almeida, J. e J. Madureira P (1986), «Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais», *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Ferreira do Amaral, João (1994), “Portugal e o passado: política agrária e interesses económicos”, *Análise Social*, Vol. II, pp. 1-35 (?).
- Ferreira Gomes, António (1958), Carta a Salazar, Amarante, Edições do Tâmega.
- Fonseca, Hélder (1994), *O Alentejo no Século XIX-Economia e atitudes económicas*, Lisboa, INCM.
- Gomes Ferreira, José (2013), *O meu programa de governo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Sem, Gita, “*Empowerment as an approach to Poverty*”, Working paper series, 1997
- Jalali, Carlos, *Partidos e Democracia em Portugal-1974-2005*, Lisboa, ICS.
- Khaled, Jazra, “«Smashing Fascist Heads»: Jazra Khaleed on Political and Poetic Crisis in Greece”, entrevista por Max Ritvo, <https://lareviewofbooks.org/>. Disponível em <https://lareviewofbooks.org/article/smashing-fascist-heads-jazra-khaleed-political-poetic-crisis-greece/> .
- Lucena, Manuel, (2002), “Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se lhe seguiu”, *Análise Social*, Vol. XXXVII, pp. 7-46
- Lourenço, António (1997) *Alentejo. Legenda e Esperança*, Lisboa, Caminho.
- Louro, Vítor (1985), *Revista Critica de Ciências Sociais*, n.º 18, Fevereiro, 1985.
- Mattoso José (2004), *Portugal no Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa.

- Medeiros Ferreira, José (1994), *História de Portugal - Portugal em Transe*, Lisboa Editorial Estampa
- Oliveira Baptista, Fernando (1994), “A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo à Comunidade Europeia”, *Análise Social*, vol. XXIX..
- Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos e Nuno Gonçalo Monteiro (2009), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Reis, Maria da Conceição (1994). *O Monte Alentejano - a transformação no século XX*, Lisboa, Associação de Estudos rurais.
- Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril- Mitos de uma revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Roberts, J.M.”História do Século XX”-Fundamentos, Volume I, 2007, Lisboa
- Rosa, Eugénio (1977), *A Reforma Agrária em Perigo*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Rosas, Fernando (1991), “Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44) ”, *Análise Social*, pp. 771-790.
- Soares, Mário (2009), *Elogio da Política*, Lisboa, Sextante Editora.
- Soeiro, José (2013), *A Reforma Agrária -A revolução no Alentejo*, Lisboa, Página a Página.
- Sousa Santos, Boaventura, “O impacto da Reforma Agrária na economia portuguesa” in *Análise Social*, Vol.XI.2004
- Sousa, João (2011), *A Reforma Agrária em São Manços - A UCP unidade dos trabalhadores agrícolas de S. Manços, Évora, Chiado Editora.*
- Valente Aguiar, João, “A política de classe na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária,” *Sociologia - Revista da Sociedade da faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXV, 2013, pp. 119-140.
- Varela, Raquel (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand.
- Vespeira de Almeida, Sónia, “Vítimas do Fascismo. Os camponeses e a dinamização Cultural dos Movimentos das Forças Armadas (1974-1975) ”, *Análise Social*, 2008.
- Villaverde Cabral, Manuel (1979)., *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Winstanley, Gerard (1976), *A terra a quem a trabalha*, Lisboa, Moraes Editora.

## ANEXO

### GUIÃO DE ENTREVISTAS

- 1) Que motivos o levaram a entrar na cooperativa? E em que período?
- 2) Existiam tarefas predefinidas nas cooperativas?
- 3) Qual era a dinâmica das cooperativas?
- 4) As mudanças na organização das cooperativas foram decepcionantes?
- 5) Como se financiavam as cooperativas? Era através das Caixas agrícolas?
- 6) Os empréstimos que foram concedidos foram pagos?
- 7) Havia relação com outras cooperativas?
- 8) O que levou a sair da cooperativa?
- 9) Como se apercebeu que a cooperativa estava no fim?
- 10) Havia outro tipo de cooperativas?